



ISSN: 2595-5713
Vol. 04 | N°. 8 | Ano 2021

Óscar Morais F. Namuholopa

AS REVOLTAS POPULARES E A VIOLÊNCIA DO ESTADO: UM OLHAR SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE 2008 E 2010 EM MOÇAMBIQUE

**POPULAR REVOLTS AND STATE VIOLENCE: A
GLANCE AT THE 2008 AND 2010 DEMONSTRATIONS IN
MOZAMBIQUE**

RESUMO: O artigo aborda sobre as manifestações populares de 2008 e 2010 em algumas cidades de Moçambique na sequência do agravamento de preços de alguns produtos e serviços. Os objetivos visam analisar as principais determinações das revoltas populares; caracterizar as ações do governo para fazer face à onda das manifestações, como forma de aferir o nível de zelo e o uso da autoridade do Estado, bem como avaliar as medidas adotadas em resposta às reivindicações populares. Além disso, este artigo também teve como objetivo inferir o lugar das manifestações em termos teórico-metodológicos. Para esse propósito, foi feita uma caracterização do contexto sociopolítico do país que condicionou este fenômeno social em razão da conjuntura internacional, conforme se indicou com a demonstração do quadro e da trajetória das manifestações para melhor compreender as principais incidências da chamada “greve geral”. Discuto também o quadro interpretativo das ações coletivas, com intuito de enquadrar melhor as ações populares em referência.

PALAVRAS-CHAVE: Manifestações Populares; Moçambique; Violência do Estado.

ABSTRACT: The article deals with the popular demonstrations of 2008 and 2010 in some cities of Mozambique following the increase in prices of some products and services. The objectives are to analyse the main determinants of the popular uprisings; to characterise the government's actions to cope with the wave of demonstrations, as a way of gauging the level of zeal and the use of the State's authority, as well as to assess the measures adopted in response to the popular demands. In addition, this article also aimed to infer the place of the demonstrations in theoretical-methodological terms. For this purpose, a characterization of the sociopolitical context of the country that conditioned this social phenomenon due to the international conjuncture was made, as indicated with the demonstration of the framework and trajectory of the demonstrations to better understand the main incidences of the so-called "general strike". I also discuss the interpretative framework of collective actions, with a view to better framing the popular actions in reference.

KEYWORDS: Popular Demonstrations; Mozambique; State Violence.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

AS REVOLTAS POPULARES E A VIOLÊNCIA DO ESTADO: UM OLHAR SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE 2008 E 2010 EM MOÇAMBIQUE

Óscar Morais Fernando Namuholopa.¹

Não se pergunta ao povo se ele quer revolução ou não. As revoluções acontecem onde não há outra saída. Elas são, de fato, como tempestades ou como terremotos. Com certeza, são feitas pela mão de homem, mas homens e mulheres agem sob condições que não podem controlar totalmente. Ralf Dahrendorf.

Introdução

O poder e a autoridade são dois conceitos distintos, porém, indissociáveis. Muitas vezes fazem-se manifestar por meio da violência e da repressão e, em algumas, dependendo da natureza desses Estados, estes meios assumem formas recorrentes e constituem o caráter das respectivas entidades. Uns são mais e outros menos violentos. Neste trabalho, considero dois momentos de sua manifestação. O primeiro é através do exercício do poder de forma inadequada, em que a aplicação das políticas governamentais não consensuais causa insatisfação social e, por conseguinte, convulsões populares. O segundo decorre da tentativa de o executivo conter as contendas populares, sendo que, não raras às vezes, o uso dos meios repressivos é excessivo. A análise destas formas de manifestação do poder e da autoridade que igualmente pode ser feita a vários governos e Estados, faço-a a partir de Moçambique.

Moçambique é um país marcado por um histórico de lutas. No passado colonial tivemos as resistências dos chefes africanos contra a ocupação estrangeira e diversas formas de lutas contra a exploração capitalista. Após a independência em 1975, devido ao regime “socialista”², o período da primeira República (1975-1990) conteve convulsões sociais, à exceção da guerra civil (1976-1992), que fugiu do seu controle e está na origem das políticas do regime. Porém, após Moçambique aderir às instituições neoliberais e mudar de regime político em 1990, com a aprovação da nova constituição que abriu espaço para as múltiplas liberdades sociais, tão logo começaram a surgir focos de manifestações populares. A primeira foi em 1993, contra o agravamento das tarifas dos transportes urbanos. A segunda foi em 2008, com a mesma razão da anterior, e a terceira em 2010, com o agravamento dos preços dos principais produtos

¹Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG-2021), professor moçambicano e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais (NEMOS) da Faculdade de Ciências Sociais-UFG. email: oscarnamuholopa@gmail.com

² Apesar das tendências durante a luta pela independência nacional, o socialismo foi autoproclamado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1977 e seguiu à risca o socialismo soviético, sem, no entanto, aglutinar os aspectos socioculturais africanos, com o intuito de formar uma sociedade moderna. Durante a vigência do regime, estavam limitadas, por lei, as liberdades de organização e manifestação.

alimentares e de certos serviços. Outras manifestações de índole política e social também ocorreram neste intervalo, porém, para o presente, o estudo será centrado em torno das duas últimas revoltas populares que igualmente recebem outras designações, como greves e manifestações.

O propósito é analisar as múltiplas determinações das revoltas populares de 2008 e 2010 e, por via disso, caracterizar as ações do governo para fazer face à onda das manifestações e as medidas tomadas em resposta às reivindicações populares, além de inferir o lugar das manifestações de 2008 e 2010 no contexto das ações coletivas. O percurso de abordagem dos assuntos aqui propostos permitirá refletir sobre a conjuntura sociopolítica e o nível das garantias legais das liberdades democráticas do Estado de direito em Moçambique. Para tanto, no primeiro momento discutirei as diferentes formas de manifestação da violência do Estado em regimes políticos que se revestem de poder democrático. Depois, farei a análise das ações do movimento de protesto de 2008 e 2010 que tiveram o seu epicentro na cidade de Maputo e a atuação do governo face às reivindicações. Finalmente, farei uma breve discussão sobre o lugar do movimento de protesto em análise, com vista a enquadrá-lo no contexto das ações coletivas a partir de um olhar teórico-metodológico. O recurso que privilegiei para a construção do presente estudo consistiu no tradicional levantamento bibliográfico ao meu alcance, para estudo, análise e interpretação dos assuntos aqui propostos, cujas fontes são indicadas no texto ao longo das discussões e constam das respectivas referências finais.

A manifestação da violência do Estado

A violência é um dos temas de maior atenção ao nível das ciências sociais. Como observou Peter Imbusch (2003), a violência é um fenômeno extremamente complexo, envolvendo grande ambiguidade entre a destruição e criação da ordem. Extensivamente o termo pode ser compreendido como referindo-se a: força, agressão, conflito, poder ou guerra, crime, etc., que nem sempre são idênticos à violência. Esta ambiguidade é responsável pela polissêmica compreensão do significado de violência que muito depende do contexto em que é usado. Porém, baseando-se na fonte, ela pode ser usada tanto para designar as relações sociais, quanto para avaliar a situação de uma questão na sua relação com a legalidade. Comum é também associar a violência com o seu agente praticante. É o caso da violência do Estado, que resulta do uso excessivo do poder e que é objeto do presente estudo.

Entretanto, várias são as formas de manifestação da violência do Estado, sendo que ela existe em quase todas as formas de governo, inclusive os mais democráticos. Porém, varia o seu grau, sendo uns mais violentos e outros moderados. Ainda há os que assumem a violência como

principal característica para fazerem manifestar a sua autoridade, particularmente para os governos que passam por uma crise de credibilidade. Apesar de ela existir desde as primeiras formas de Estado, tende a acompanhar o processo de evolução dos diferentes sistemas políticos e assume formas cada vez mais sofisticadas. A violência não é simplesmente usada de forma defensiva, como era de esperar, mas extensivamente de forma ofensiva e recorrente para reprimir toda tendência de opinião contrária.

Vimos assim que vivemos o tempo todo sendo violentados. Vivemos em um mundo em que a intolerância se tornou cultura do Estado face aos apelos e ações da sociedade civil em defesa dos direitos fundamentais. Vivemos em um mundo em que a exclusão é regra geral para o exercício do poder, cuja autoridade se parece mais com a tirania que com a democracia. Vivemos em um mundo onde, infelizmente, precisamos nos esconder para expressar o nosso pensamento ou sentimento com medo de represálias do Estado, enquanto a criminalidade e a corrupção são praticadas a céu aberto e, por vezes, diante de um olhar impávido de quem, por direito, devia reprimi-lo; onde a imposição de leis e decretos não consensuais que limitam os direitos civis e alargam os privilégios da minoria, que controlam o poder em defesa dos seus próprios interesses, tornaram-se novas e recorrentes formas de violência do Estado. Assistimos ainda, nas nossas sociedades, uma inversão do sentido das coisas. Assim, as mesmas leis aplicadas para penalizar o simples cidadão, são amplamente manipuladas para proteger a elite dominante da impunidade. De modo igual, as ilegalidades tornaram-se práticas legais e legalidades, ilegais, como o uso das prerrogativas legais garantidas pelo poder democrático de direito. Este é o estado do nosso Estado moderno.

Assim, diante do exposto, urge perguntar: será que vivemos em tempos de democracia ou de ditaduras em tempos de democracia? Seria justo afirmar que estamos em democracia quando a justiça é injusta e parcial? Seria justo afirmar que vivemos uma democracia moderna onde os direitos são reprimidos e a liberdade intolerada? Onde a opinião pública foi alienada? Estas reflexões permitem pensar que, de fato, vivemos o tempo todo debaixo da violência praticada em nome do poder democrático, onde a única importância que sobrou do povo parece ser a de gerar recursos através dos impostos para garantir a manutenção do poder do Estado e alimentar os benefícios da elite política, enquanto ele permanece vivendo miseravelmente. Se a democracia ateniense³ foi acusada de imperfeita por dividir a sociedade em cidadãos (com direitos políticos) e não cidadãos (sem direitos políticos), a grande parte das democracias de hoje pode ser equiparada à ditadura. Se não tivesse receio de ser mal compreendido, diria que vivemos em

regimes “fascistas” retardados, que longe estão de reunir consensos democráticos. Não vou levar tempo tentando trazer várias acepções acerca da democracia, porque isso já foi feito e entendo que esse é outro assunto que deve ser tratado à parte. Mas em poucas palavras, tal como disse Barry Holden (1996), a palavra democracia significa “governo do povo”. Nela as coisas não dependem de um grupo restrito, mas da maioria. Apesar de ser claro, não é isso que acontece nas nossas sociedades. Em parte, isso decorre, conforme sustentou a fonte, pelo fato de o significado de democracia estar a ser obscurecido devido a uma diversidade de sistemas que foram chamados de democracia.

Diante disso, não é preciso ressuscitar Marx para vir de volta e explicar os fenômenos políticos que acontecem hoje e afirmar a necessidade de se refletir sobre uma possível revolução, pois fê-lo em vida. Por mais que os remédios sejam amargos, precisamos mudar a estrutura do Estado e o panorama da democracia para que, de fato, o poder seja efetivamente do povo, pelo povo e para o povo. Não fosse a consolidação do neoliberalismo e o otimismo exacerbado da democracia ocidental, diria que a melhor sugestão seria a autogestão social. Todavia, essa não passa de uma utopia, embora os seus princípios sejam mais humanizados. Não foi em vão que Marx e Engels escreveram em “O manifesto comunista” (2013) que “O Poder executivo do Estado não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 2013, p. 13). São exatamente estas características que corporizam o Estado repressivo moderno, cujos interesses estão voltados para a classe dominante. Esta tendência é notória na maior parte dos governos de hoje e contrasta vivamente com os seus propósitos (o bem-estar). Recentemente, Clauss Offe (1972, p. 162) secundou esta ideia ao afirmar que “[...] pode-se dizer que a dominação política em sociedades industriais capitalistas é um método de dominação de classe que não se revela como tal”. A fonte prossegue explicando que, admitindo essa hipótese, as instituições da dominação política estariam exercendo uma seletividade vinculada à classe.

Portanto, inicialmente, o Estado foi visto crescentemente de forma mais idealizada como um árbitro imparcial e secular entre as diferentes classes, etnias e interesses (NANDY, 2011). Entretanto, não é isso que se assiste. O Estado deixou de ser guardião dos interesses do povo, pois a cada dia que passa constatamos que os governantes estão cada vez menos preocupados com a coisa pública, e cada vez mais comprometidos com as causas particulares. Desta feita, seria justo afirmar que o Estado perdeu a sua vocação. O mesmo autor referencia que os estudos dos analistas revelam haver uma crescente incapacidade dos Estados-nação em satisfazer as necessidades da sociedade civil na grande parte do mundo, no período posterior à segunda Guerra Mundial. Para provar essa hipótese, não precisa ir longe: basta reparar como os nossos

³ Em Atenas nem todos podiam participar da vida política, somente aqueles que possuíam direitos de cidadania. Era excluída desse direito a maioria da população da cidade (as mulheres, os estrangeiros e os escravos) (PLATÃO,

governantes dirigem a máquina estatal. Muitas vezes eles agem com excesso de convicção, ora despoticamente e como se o Estado fosse uma propriedade privada, ora não conseguem esconder que estão ao serviço do poder econômico. Parece que há mais cuidado em velar para que a lei não entre em contradição com o interesse da classe econômica que com a vontade do povo.

Os dirigentes constituem hoje o que se pode chamar de sociedade de prazer e não como uma sociedade de representantes do povo. Os recursos nunca existem quando é para satisfazer a necessidade do povo, porém, o mesmo não se pode dizer, quando é para promover mega reuniões ou sessões de lazer que juntam pares, não para tratar dos interesses do povo que continua vivendo na penúria, mas para estudar os mecanismos que alargam a dominação da classe, sem, no entanto, se importar pelos meios a serem usados para tal. O próprio poder legislativo, o qual permaneceria como o único reduto do poder credível e que representasse de fato o povo, tornou-se um epicentro das manipulações dos poderes e calvário do próprio povo. Não nos surpreende serem aprovadas medidas que completamente se distanciam dos interesses do povo e que, por um lado, perpetuam o seu estado de dependência econômica e, por outro, que ampliam a hegemonia da elite dominante.

Evidente o que acontecia com a então emergente democracia ateniense do século V a.C., assistimos hoje nas nossas assembleias em pleno século XXI. De acordo com Platão (2000), as decisões políticas da Assembleia ateniense estavam na dependência de interferências ainda mais restritas, pois na Assembleia nem todos tinham o mesmo recurso de atuação. Não eram todos que tinham o poder de falar, apesar de ser assim como a lei preconizava, mas de fato, alguns apenas o faziam. E quem eram? “Os que possuíam dons de oratória associados ao conhecimento de negócios públicos, os hábeis no raciocinar e no usar a voz e o gesto, estes é que obtinham ascendência ao auditório, impunham seus pontos de vista através da persuasão retórica e lideravam as decisões” (PLATÃO, 2000, p. 7). A eloquência tornou-se, assim, em Atenas, tal como nas nossas sociedades, uma verdadeira potência e instrumento de dominação.

Severino Ngoenha tinha razão, quando em a *Terceira questão* (2015), depois de analisar algumas passagens da democracia ateniense fazia uma comparação com a que é praticada em Moçambique. Estamos, dessa forma, vivendo um drama da Grécia do século V da antiguidade, em um momento em que deveríamos aperfeiçoar práticas democráticas a partir de uma observação cuidadosa dos erros do passado. Cometemos os mesmos erros de forma deliberada em busca de vantagens políticas e para manipular a verdade. São estes erros que levaram à decadência a democracia ateniense, como descreve Ngoenha (2015, p. 84):

2000).

Como se pode constatar, uma das razões da falência da democracia de Atenas reside na emergência do individualismo e do egoísmo, de um estado de medidas segregacionistas, elitistas, favoráveis não à totalidade dos cidadãos, mas a aumentar a riqueza dos ricos – interessados em banquetes, no luxo, na aparência; e a pobreza dos pobres, o que levou a acentuação das desigualdades.

Coincidentemente são as mesmas coisas descritas por Ngoenha que assistimos nos nossos poderes democráticos de hoje. A ganância e o jogo de interesses tornaram-se expoentes máximos de todas as prioridades das agendas políticas. Resta-nos apenas perguntar: será que estará caminhando para o seu colapso, tal como aconteceu com a democracia ateniense quando esses aspectos passaram a caracterizar o poder público? Em Atenas, os cidadãos tinham o orgulho pela sua nação, mas no auge dos problemas ora arrolados, o espírito patriota desapareceu no seio dos cidadãos. Evidente o que acontece hoje: nações ou Estados inteiros reclamam a falta de espírito patriota dos seus cidadãos, mas isso não é ao acaso. Eles perderam a autoestima pela concupiscência dos seus governantes, fato que lhes leva ao sentimento de não estarem bem representados e a perderem orgulho da nação.

Quando as consequências dessa concupiscência atingem as massas no seu geral, gera descontentamento e descrédito nas autoridades que se veem confrontadas pela fúria popular que empreende manifestações ou boicote nos sistemas instalados. Sentindo-se desafiados, os governantes, que pela delegação do povo se encontram investidos de poderes de repressão, não evitam violências contra o povo que não quer muito, mas apenas uma simples redução do preço do pão. Os exemplos disso poderiam ser infinitos. Mas a seguir, reconstituo a trajetória das manifestações populares de 2008 e 2010 pela subida de preço de alguns produtos e serviços, e tiveram como epicentro a cidade de Maputo em Moçambique.

O poder nas ruas e a intolerância do Estado

Após uma quinzena de limitação por lei, o ciclo de manifestações e revoltas em Moçambique no período posterior à independência teve início na segunda República (1990), após abertura do espaço político e garantia dos direitos democráticos. A primeira revolta popular violenta neste período ocorreu em 1993. A população das cidades de Maputo e Matola⁴ reivindicava o cancelamento do aumento da tarifa do “chapa-cem”⁵ em 100%. Subia dos 500 para 1000 Meticais da antiga família, uma decisão unilateral tomada pelos transportadores, justificando-se no agravamento do preço do combustível. Em reação, conforme Egídio Chaimite (2017), na manhã de 24 de novembro de 1993, dia em que a nova tarifa entraria em vigor,

⁴ Uma boa parte dos funcionários e trabalhadores da cidade de Maputo vive na cidade da Matola e arredores. Juntas, estas cidades fazem o grande Maputo.

milhares de pessoas puseram-se às ruas, em um movimento incomum, colocando barricadas nas principais vias de acesso ao centro da cidade de Maputo, vandalizando viaturas e saqueando lojas, situação que, em alguns bairros, durou cerca de uma semana. Embora reconhecesse ser oportuno, o governo classificava o ajuste como sendo improporcional. Contudo, achava-se incapaz de dar resposta satisfatória à população. Na sequência das manifestações, de acordo com a mesma fonte, houve uma morte e mais de cinquenta feridos. Após este prelúdio das manifestações, seguiram-se várias ações nesse sentido, como as manifestações de 2008 e 2010, que constituem o propósito do presente estudo.

Sucedem que a crise financeira que despontou em 2007 inicialmente nos EUA, e que posteriormente se espalhou pelos países sob sua influência econômica, gradualmente ia consumindo nações e as suas manifestações não foram uniformes em todas elas. Em Moçambique, o governo, convicto do seu aparente otimismo político e econômico, reproduzia a profecia dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que assegurava que, pela sua conjuntura macroeconômica favorável, a crise econômica mundial não se faria sentir no país (JOHANSSON; SAMBO, 2017). Se no início assim parecia, o mesmo não seria de esperar no período subsequente. Aos poucos a crise foi se instalando no país.

Os primeiros sinais apareceram em 2008, quando, em razão da subida do preço do petróleo no mercado internacional, o governo fez ajuste dos preços domésticos. De acordo com Chaimite (2017), o preço do gás aumentou em 14%, da gasolina em 8.1% e do petróleo em 19%. Nessa cadeia, de acordo com Héctor Guerra Hernández (2017), a tarifa dos transportes urbanos sofreu o aumento de 50% (5 para 7.5 Meticais) e 33,3% (7.5 para 10 Meticais) para distâncias menores e maiores respectivamente. A subida dos preços dos chapas, principal meio de mobilidade dos cidadãos de Matola e Maputo, e tendo em conta que alguns produtos essenciais haviam subido também, gerou uma onda de descontentamento, tendo resultado na revolta popular violenta, conhecida também por “greve do chapa” ou “greve de combustível”, em 05 de fevereiro de 2008, convocada por meio de SMS, serviço de expedição de mensagens de texto. Na mensagem que circulou no dia 4 de fevereiro, podia se ler o seguinte:

O povo está a sofrer, os filhos de ministros, deputados e outros dignatários não andam de chapa e os chapas estão caros. No dia 5 ninguém deve apanhar chapa, ninguém deve trabalhar. Vamos fazer greve e exigir justiça camaradas, seja unido na luta contra a pobreza (HERNÁNDEZ, 2017, p. 173).

⁵ Como são conhecidos os transportes públicos e semicoletivos de passageiros em Moçambique.

A mensagem demonstra a indignação com a decisão do governo sob proposta da federação dos transportadores rodoviários de aumentar a tarifa dos chapas, agravando a situação da mobilidade urbana que já estava difícil. A ação popular foi caracterizada pelo bloqueio das principais vias de acesso das cidades de Maputo e Matola e a repressão policial. Conforme Chaimite (2017), evento semelhante ocorreu na cidade de Chimoio, onde as ações repetiam-se. A revolta, fortemente reprimida, fez pelo menos três mortos e mais de duzentas pessoas feridas. Em face dos acontecimentos, o governo recuou e fez concessões. Anulou as novas tarifas e comprometeu-se a compensar os transportadores, mediante a comprovação da regularização da situação fiscal do transportador e da apresentação dos registros de consumo de combustível (CHAIMITE, 2017). A ação popular encontrou de surpresa as autoridades e surpreendeu a todos, pois desde 1993 não se assistia tamanha fúria popular. Isto explica-se pela alta do custo da vida da população, contrariamente ao que se apregoava.

Esta realidade defraudou a expectativa que se tinha do governo que em teoria parecia promissor quanto à questão social, pois a bandeira do presidente Guebuza (2005-2014) era o combate à pobreza – e enfatizava-se: “absoluta” –, combate à corrupção e ao espírito de deixa andar, o que pressupunha uma gestão pública boa e transparente e a garantia do bem-estar social. Porém, ao que parece, estes vocabulários do dicionário político-administrativo do governo Guebuza não só foram teóricos, mas manifestaram-se completamente ao contrário. Os anos que se seguiram à revolta de 2008 foram caracterizados pela instabilidade de preços no mercado e oscilação da taxa de câmbio das principais moedas de troca em Moçambique, dólar (USD) e rand (ZAR), como Fernanda Massarongo (2017) bem caracterizou. Os esforços das autoridades no sentido de controlar a situação que provocou a “greve de combustível” foram evidentes, porém, insuficientes, pois o petróleo, determinante internacional, subia de preço continuamente, condicionando a inflação e a alta de preços. Havia mais uma razão de ocupação das vias públicas. Foi o que aconteceu em 2010, após o anúncio do ajuste de preços dos principais produtos.

A pressão teria sido causada pela greve dos doadores⁶ no início de 2010, que bloqueou o repasse dos recursos para complementar o orçamento do Estado e isso refletiu-se no agravamento da inflação, o que levaria o governo a fazer um reajuste de preços, cujo peso seria insuportável para a população de baixa renda. Com efeito, em meados de agosto de 2010, o governo anunciou que iria agravar o preço da tarifa da água em 11%, de luz em 13% e de custo do pão em 17%, este último, a base alimentar para os cidadãos de Maputo-capital de Moçambique (ROSSI, 2015). O agravamento dos preços destes produtos e serviços era equivalente à carestia de vida e os novos preços iriam entrar em vigor a partir de primeiro de setembro desse mesmo ano.

A mensagem não agradou ao povo e os cidadãos de Maputo, epicentro da rebelião, que, sentindo o prenúncio de dias piores, trataram de convocar uma manifestação que os meios de comunicação denominaram de “greve geral”, também conhecida por “greve de pão”, para o dia primeiro de setembro de 2010, dia em que entrariam em vigor as novas tarifas anunciadas pelo governo. Assim, foi convocada a greve via SMS que, de celular em celular, ia deixando a seguinte informação: “Moçambicano, prepare-te para a greve geral 01/09/2010. Reivindicamos a subida de preço do pão, água, luz e diversos. Envie para outros moçambicanos. Desperta” (BERTELSEN, 2017, p. 126). A mensagem circulou na velocidade da luz, não se sabia de quem era o autor, mas o certo é que revelava um assunto que tocava com a sensibilidade da maioria e, por isso, teve uma rápida repercussão. Aquando da sua circulação, o ambiente sociopolítico continuava sereno e as atividades do dia a dia, no seu ritmo normal.

As autoridades governamentais continuaram indiferentes. Nunca imaginaram o que o povo faminto seria capaz. Como seria possível uma “greve geral” sem uma direção oficiosa, como tem sido regra geral? Seria verdade ou simples especulação? A lição de 2008 parece não ter sido apreendida. Chegado o dia “D”, quarta-feira, primeiro de setembro, a onda de manifestação e paralisação dos serviços de transportes começou a ser uma realidade. Os funcionários que vivem na cidade da Matola não conseguiram chegar aos seus postos de trabalho-cidade de Maputo. A população da periferia da cidade de Maputo constituiu barricadas, queimou pneus e tornou intransitáveis as principais vias de acesso ao centro da cidade. Tornava assim, realidade a greve convocada por SMS e sem comando. Enquanto decorria, mais SMSs continuavam a mobilizar a população para a sua aderência. Os ânimos venciam o medo e a coragem caracterizava os manifestantes.

O ambiente grupal encorajou comportamentos de enfrentamento.⁷ Eram jovens, adolescentes, mulheres que gritavam: “Estamos morrendo de fome!” Na verdade, antes do anúncio das novas medidas de ajuste de preços, o custo de vida tornara difícil a situação da maioria da população de baixa renda, de tal forma que as novas medidas não foram bem-vindas, pois anunciavam a chegada de dias ainda mais sombrios. No intervalo entre as duas revoltas, para além do elevado custo de vida, a deficiente relação entre o povo e o governo, a corrupção e a mercantilização do setor público e o crescimento da criminalidade intensificaram a insatisfação social. Encontramos, assim como hoje, situações em que os bens e as dificuldades não são

⁶ Parceiros econômicos que prestavam apoio financeiro ao orçamento do Estado.

⁷ Referindo-se ao comportamento coletivo, Émile Durkheim observou que o ambiente agregado de massa influencia nas emoções sociais. “É por isso que indivíduos perfeitamente inofensivos na sua maioria podem, quando reunidos em multidão, deixar-se arrastar e cometer atrocidades” (2005, p. 34).

distribuídos por igual, sendo que as classes sociais se tornaram bem distintas. Há os mais ricos e os mais pobres. Isso aumenta o fosso entre ambos e agrava o descontentamento.

Na sequência das manifestações, os transportes públicos (ônibus) pararam de circular. A cidade de Maputo que se torna pequena pela moldura humana, tornara-se demasiada grande e o silêncio criava medo. As vias públicas ficaram desertas e os que tinham se feito ao centro da cidade começaram a consumir a distância a pé em direção às suas casas. Tornou-se mais seguro seguir a pé do que de qualquer meio de transporte. A polícia reprimia sem piedade os manifestantes e manteve um forte aparato para impedir que eles tomassem o centro da cidade de Maputo, símbolo e epicentro do poder político. Todos os acessos mantiveram-se sob forte aparato policial e do poder de guerra. Tanques e armamentos de guerra variados foram mobilizados para o efeito, contra os manifestantes civis em pleno exercício do seu direito de cidadania e constitucional (ROSSI, 2015).

Na tarde desse dia (primeiro de setembro) a polícia fazia um balanço e dava contas de que usara balas de borracha e gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes e fazia-se desconhecer do uso das balas de pólvora. No seu pronunciamento oficial, o ministro do Interior, José Pacheco chamava os manifestantes de “aventureiros, bandidos, malfeitores” (ROSSI, 2015, p. 292). Já o presidente de República, o garante da legalidade ao mais alto nível e do bem-estar social, Armando Emílio Guebuza, dizia: “eles [os manifestantes] estão a trazer luto nas famílias moçambicanas” (ROSSI, 2015, p. 292). Na sequência dos acontecimentos, o Conselho de Ministros (órgão máximo de deliberação do poder executivo) reuniu-se de emergência, mas nenhuma medida foi tomada e nem deixou esperanças para dias melhores. A atitude de indiferença do governo para com a reivindicação do povo deixaria os manifestantes ainda mais enfurecidos, o que levaria à reconvocação para a manutenção da chamada “greve geral”. Mais uma onda de SMS entrava em circulação, com o seguinte texto:

Moçambicano: o governo se reuniu para um café e whisky e não para resolver os problemas do povo. Dada a situação que se vive na cidade de Maputo e Matola, o governo reuniu-se e determinou: lixem-se pa! (ROSSI, 2015, p. 293).

O povo entendeu essa atitude do governo como falta de consideração às suas exigências. Diante da situação, o fluxo de SMS era contínuo e do conteúdo podia se ler o seguinte teor: “Moçambicanos, o Guebuza e os seus lacaios estão a mentir como sempre mentiram. Não paremos com a greve até que o governo adopte medidas para a redução do custo de vida. A luta continua” (ROSSI, 2015, p. 293). Nessa ordem, as manifestações continuaram no seu segundo dia com o mesmo *modus operandi* dos manifestantes e a repressão policial cada vez mais impiedosa e cruel, causando mortes até nos inocentes. Assim, as autoridades ao reprimirem as manifestações, limitaram o único meio que sobrava ao povo para a sua participação política.

Pois, “O último nível de limitação do espaço de ocorrências políticas possíveis consiste na aplicação ou na ameaça de atos repressivos do aparelho estatal através dos órgãos de polícia, exército e justiça” (OFFE, 1972, p. 153). Os focos da revolta popular de 2010 fizeram-se também sentir na cidade da Matola e sem grandes incidências, nas cidades de Chimoio, Manica, Beira, Nampula, Maxixe, Xai-Xai, Chókuè, Chibuto e vila da Macia (BRITO *et al.*, 2017). Em todos esses locais, repetia-se o cenário de atuação dos manifestantes e da polícia. Em boa parte desses focos, os manifestantes saquearam lojas à procura de comida, o que reforça a tese de “greve do pão”⁸ ou “revolta de fome”, pois os manifestantes não se importavam tanto com outros produtos de valor que não fossem alimentos. Conforme documentou Bjør Enge Bertelsen (2017), os estabelecimentos mais afetados foram das lojas dos estrangeiros: chineses, somalis, nigerianos e de moçambicanos de descendência indiana.

Segundo a fonte, a explicação que se dá sobre a preferência desses estabelecimentos, é pela facilidade da vida que os seus proprietários demonstram. E de forma particular aos chineses e dos descendentes dos indianos, é pela suposição de que estes são encarregados ou fazem sociedade com a elite da Frelimo⁹, partido no poder de quem o acusavam de negligenciar os problemas do povo. Disto, duas breves leituras podem se fazer: a primeira é o inconsciente coletivo da aversão aos estrangeiros pelo fácil enriquecimento e que aos poucos vai se transformando em ódio. A segunda, é a rejeição da autoridade do governo da Frelimo, autor da atual situação socioeconômica do país e que durante a sua vigência contribuiu para criar desigualdades sociais.

Foram também palco das manifestações as praças públicas e os símbolos do Estado, outro alvo classificado. O ataque aos estabelecimentos e viaturas da polícia deve ter a ver com a mesma razão que leva aos linchamentos: a inoperância e a corrupção do setor. Outra explicação possível é pelo fato de representar o poder repressivo do Estado e, por essa razão, deve-se atacar primeiro para enfraquecê-la. Sem possibilidades de amainar os ânimos populares, a única saída era suspender o meio pelo qual se faziam convocações. Com efeito, as operadoras da telefonia móvel foram intimadas a suspenderem os serviços de SMS por alguns dias. De acordo com Rossi (2015), a operadora Vodacom confessou receber intimações do governo nesse sentido. Mas, o essencial já havia ficado: insatisfação do povo para com as medidas do governo. O balanço geral indicava para 14 mortos confirmados pelo Ministério de Saúde, entre os quais, crianças; cerca de 500 feridos e mais de 300 detidos em conexão com as manifestações. O balanço indicava ainda que durante o protesto foram saqueados três vagões de comboio (trem) carregados de milho e 32

⁸ O pão é entendido na sua extensão como se referindo à comida em geral.

estabelecimentos comerciais. Foram incendiados três transportes semi-coletivos, cinco carros, para além de postos de gasolina.

Apesar de tudo, o povo foi o grande vencedor de todo este processo. O resultado mais esperado chegaria em sete de setembro de 2010. Com efeito, o governo anunciava medidas que retrocediam a sua decisão de agravamento de preços de certos produtos e serviços. Em função disso, para além de manter a medida de contenção da subida do preço dos “chapas”, congelou o aumento de salários e subsídios dos dirigentes do Estado e dos Presidentes dos Conselhos de Administração (PCAs) das empresas públicas para poupar dinheiro para fins de subsídios. O governo anunciou, ainda, a introdução de subsídios da cesta básica¹⁰, a extensão do Fundo do Desenvolvimento do Distrito (FDD), conhecidos também por sete milhões para os distritos urbanos, a redução da taxa de importação de arroz e açúcar (BRITO *et al*, 2017).

Assim, o sete de setembro (dia em que foram anunciadas as medidas) representa o dia da vitória do povo pela segunda vez. A primeira, que confere a data ao feriado nacional, foi em 1974 quando em Lusaka, Capital da Zâmbia, entre a FRELIMO e o governo português foi assinado o acordo que punha o fim os 10 anos de luta pela independência, que seria proclamada em junho de 1975. E a segunda, em 2010, com o anúncio das medidas que retrocediam a decisão do governo com relação à entrada em vigor de novos aumentos dos preços de pão, água e luz. Custou vidas e houve danos materiais, mas os resultados podiam ser usufruídos por todos, inclusive por aqueles que pegaram em armas e atiraram contra os civis indefesos. A barbaridade vivida naquele primeiro de setembro ficou registrada na memória e serviu de lição tanto para a população, quanto para o próprio governo. Hoje, em qualquer convocação de manifestação, ninguém ousa sair às ruas e para esse dia indicado, a cidade de Maputo acorda sob forte aparato policial em todos os pontos estratégicos. Ultimamente, aproveitando-se do cenário sociopolítico do país, parece haver uma tendência de simular convocação da manifestação por meio de SMS ou redes sociais com intuito de provocar paralisação da cidade.

Em 2012 houve uma tentativa de manifestação popular em Maputo e Matola contra as novas tarifas de “chapa-cem” que passaram de 5 meticais para 7,5 para as distâncias inferiores a 9 km e de 7.5 meticais para 9, para distâncias de 9 a 12 km. Não houve registros de mortes. Em 2013, houve marchas pacíficas contra os raptos e a onda de criminalidade, organizada pela Liga

⁹ Grafa-se FRELIMO para se referir à Frente de Libertação de Moçambique, movimento que lutou pela independência e Frelimo, ao partido formado por esse movimento em 1977 com orientação marxista-leninista.

¹⁰ Concebido pelo governo em março de 2011, a “cesta básica” consistia em subsidiar a compra de certos produtos tidos como básicos, destinada inicialmente aos trabalhadores do setor formal vivendo nas capitais provinciais e que tivessem um salário até 2000 meticais. Mais tarde foi estendido aos trabalhadores do setor informal cujo salário não era superior a 2500 meticais (BRITO *et al*, 2017). Tendo em conta que esta medida surge na sequência das manifestações de 2010, movidas pela população na sua maioria desempregada, o carácter seletivo é a ineficácia deste subsídio, pois visava potenciar os que pouco tinham, em detrimento dos que nada tinham, por um lado e por

dos Direitos Humanos e outras organizações da sociedade civil e religiosas que exigiam intervenção do governo para fazer face (CHAIMITE, 2017). Portanto, como se pode notar, o grupo popular atuou para pressionar o governo de modo a atender a sua preocupação; neste caso, como ficou claro pela descrição no texto, a ponderação da subida de preços de certos produtos e serviços. É em circunstâncias iguais que servem as lutas sociais. Em muitos casos, elas decorrem como corolário do que a seguir se transcreve:

Antes de ocorrerem, passam-se muitos anos de repressão, de poder arrogante e de maligna negligência das necessidades do povo. Um velho regime obstinado se agarra aos privilégios e, no momento em que começa a reformar seus procedimentos, já não tem nem credibilidade nem eficácia. O povo não gosta disso. As energias de conflito crescem até um estado de tensa confrontação. Isto é um barril de pólvora. Quando [...] uma centelha de ódio, como um tiro disparado na hora errada-acontece uma explosão; e o velho edifício começa a desabar. De repente tudo parece desmoronar. A alta traição de ontem torna-se a lei de hoje naquele lugar, e as leis de ontem a traição de hoje (DAHRENDORF, 1992, p. 17).

Transcrevi longamente o trecho de Dahrendorf para deixar claro o clima que se vive nas vésperas de um levantamento popular, como foram os de 2008 e 2010 em Moçambique. Face às inúmeras irregularidades da administração do poder, o povo vê-se obrigado a enveredar pelos caminhos às vezes de curvas escuras para manifestar o seu descontentamento. Como ficou em epígrafe, texto do mesmo autor, as revoluções ocorrem onde não há outra saída, senão a própria revolução. Todo o período que antecede as revoluções é de um clima de tensão generalizada e crescente desconfiança, de tal forma que qualquer medida equivale a mexer no barril de pólvora e de repente o equilíbrio rompe-se, como acontece com a maioria das ações coletivas. Estas revoltas populares permitiram demonstrar também o nível de violência ou intolerância do Estado. Vimos uma ação que consistiu em considerar o povo manifestante como se de inimigo se tratasse. O governo tratou de responder as exigências do povo recebendo-o a tiro, usando armas de guerra, tanques e carros blindados. Tratou-se de um conflito entre civis indefesos e homens do Estado fortemente armados e pagos com o erário público resultante das contribuições do mesmo povo ao qual guerreava.

O confronto da polícia contra os manifestantes talvez se deva à forma como estes foram considerados, lembrando as palavras do ministro do interior que os tratou como aventureiros, bandidos e malfeitores. Estes adjetivos davam para considerar os manifestantes de inimigos e o inimigo é aquele que é para destruir, como aconteceu. A polícia, ao usar a força excessiva, até

limitar-se às capitais provinciais, deixando de lado a esmagadora maioria vivendo nos distritos e nas zonas rurais, por outro.

podia dizer que estava defendendo os interesses do Estado. Mas afinal, o que é o Estado? Existe Estado sem povo? Os dirigentes repeliram os manifestantes como se estes fossem invasores externos à soberania, ignorando que o legítimo dono do poder que eles detêm é o próprio povo e eles exercem-no em sua representação. Esquecem-se de que estão investidos de poderes em defesa do interesse do povo e não de particulares. A respeito, Victor Turner escreveu que,

[...] Uma pessoa incumbida de um alto cargo fica especialmente tentada a usar a autoridade de que foi revestida pela sociedade para satisfazer desejos particulares e exclusivos. Mas devia encarar os seus privilégios como dádivas da comunidade inteira, que em última análise tem um direito supremo sobre todas as ações. A estrutura e os altos cargos providos pela estrutura são assim considerados como meios para o bem-estar público e não como recursos para o engrandecimento pessoal. O chefe não deve “conservar a chefias para si”. Deve rir junto com o povo [...] Mesmo quando um homem tenha se tornado um chefe, continua sendo ainda membro da comunidade inteira das pessoas [...] e demonstra isso “rindo com elas”, respeitando-lhes os direitos, “saudando amavelmente a todos”, e partilhando o alimento com elas (TURNER, 2013, p. 105).

As observações transcritas em Turner são posturas ideais que deviam emanar nos dirigentes de todos os níveis e, se durante o período de vigência do seu mandato que se encontra investido por representação, um dirigente comportar-se de tal maneira como foi descrito, rindo com a comunidade e servindo exclusivamente a ela, obterá horas por boas obras. É verdade que mesmo pelos atos negativos pode-se lembrar de alguém. Mas neste caso, não será por dignidade. Com relação a isso, nos últimos tempos assistimos à generalização do oportunismo em toda esfera do poder público. Vimos estruturas investidas para o seu exercício ao bem-estar do povo, voltados para os interesses pessoais. Tornou-se um alibi usar o nome do povo para encobrir os reais interesses dos que se candidatam a cargos públicos. Uma vez alcançado o poder, mostra-se outra realidade. Esses são os tais que Samora Machel¹¹ chamou de ambiciosos? Para ele,

A ambição revela-se com a luta pelo Poder dentro da empresa. A forma de atuação do ambicioso é oportunismo e a sua característica principal é a corrupção. [...] *E são os que conosco mais agitam a bandeira da FRELIMO.* [...] A corrupção conduz ao vício, e este ao crime. [...] um ambicioso é um criminoso (MACHEL, 2011, p. 136; grifo meus).

Se fosse vivo, talvez Samora pudesse nos esclarecer melhor a quem se referia quando dizia “são os que conosco mais agitam a bandeira da FRELIMO”. Será que queria dizer que

¹¹ Líder do movimento de libertação nacional e primeiro presidente de Moçambique independente.

entre os altos signatários do Partido ou do Estado¹² havia gente com essa atitude egocêntrica? Porém, nos últimos dias assistimos uma tendência crescente de ganâncias e individualismo no seio do Estado, de gente que age com impunidade e autoridade irrestrita. Em virtude disso, testemunhamos “[...] a instauração de uma sociedade de medo; de controlo dos meios de comunicação e dos fazedores de opinião a favor de propagandistas de dogmas; de controlo da justiça; dos órgãos eleitorais; do incremento de máquinas de guerra e de repressão [...]” (NGOENHA, 2015, p. 113). O autor, frente desta realidade, faz uma pergunta similar à análise que fiz inicialmente: que resta da democracia? A resposta não lhe tardou, tendo referido que vê um paralelismo destas práticas com aquilo que comumente chama-se de fascismo. Entretanto, dada a fraca reputação dos governos pseudodemocráticos, a cooptação dos órgãos independentes e da sociedade civil, a limitação dos direitos tornou-se uma fórmula de dominação e alargamento da hegemonia do poder político.

Recentemente, o instituto *Economist Intelligence Unit*, ligado à revista britânica “The Economist”, colocou Moçambique no grupo de países de regimes considerados “autoritários” no ranking mundial de democracia de 2019. Dentre os indicadores levados em consideração na avaliação, e que contribuíram para a queda de Moçambique do grupo de regimes considerados “híbridos” para “autoritários”, destaca-se o processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, cultura política, participação política e liberdades civis (CALDEIRA, 2020). De acordo com a fonte, desde 2008 (ano da greve do chapa) Moçambique registra uma queda vertiginosa no ranking de democracia. De 2015 a 2019 caiu 11 degraus e atualmente ocupa a 120ª posição. Ao ser sentenciado como um país autoritário, de democracia, Moçambique não lhe resta nada, senão apenas cumprir com o simples ritual, a que posso chamar de pseudodemocracia.

Pelo documento, esta não é apenas uma realidade que enferma Moçambique; aliás, este ainda não inventou nada de relevante que sirva de referência, senão reproduzir velhas estratégias fora do tempo. Portanto, uma ação por Moçambique de todas as forças da sociedade civil e a consciência da própria classe dirigente é necessária para a construção de uma sociedade onde as relações humanas sejam no mínimo respeitadas e onde impere o princípio de inclusão sem precedentes. Portanto, as medidas adotadas pelo governo em face às manifestações populares foram estratégicas e corroboram com o desenvolvimento de um Estado cada vez mais excludente, ditatorial e violento. A política econômica cada vez mais especulativa e rentista contribui para o aumento da desigualdade, em todos os sentidos. Refletir a relação entre

¹² Na Primeira República (1975-1990) o sistema de governação era monopartidário. Por definição, o partido Frelimo, nascido da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), era a força dirigente que definia e controlava as políticas e as ações do Estado.

economia, violência estatal e desigualdade contribui para uma maior compreensão dessa realidade tão complexa que envolve cultura, diversidade e conflitos.

O lugar das manifestações de 2008 e 2010

Os conflitos sociais sempre estiveram presentes e acompanharam a evolução das sociedades ao longo da história. Eles são lutas pela justiça e mudanças ou pela manutenção do *status* social. Várias foram as designações atribuídas a diferentes contextos de luta: revoltas populares, guerras camponesas, conflitos étnicos ou nacionais, resistências populares, etc. Porém, as que se intensificaram a partir da segunda metade do século XX, devido à sua organização e constituição, comumente recebem o nome de movimentos sociais. Conquanto, não são todas as manifestações sociais que assim podem ser chamadas. Assim sendo, é necessário situar o que seria um movimento social. Essa análise poderá ajudar a enquadrar melhor a chamada “greve do chapa” de 5 de fevereiro de 2008 e a “greve geral” de primeiro de setembro de 2010 em Moçambique.

Portanto, o primeiro passo é reconhecer que o campo dos movimentos sociais é um dos mais variados em termos de teorias, e por isso é difícil definir rigorosamente. Porém, é da sua diversidade que reside igualmente a sua riqueza. Mas, aquilo que se pode ter como sendo comum a toda diversidade é o seu caráter reivindicativo para promover mudanças ou resisti-las. Vários estudiosos das ações coletivas deram as suas contribuições sobre a definição dos movimentos sociais. Assim, Alberto Melucci (1989, p. 57) define “[...] um movimento social como uma forma de ação coletiva a) baseada na solidariedade b) desenvolvendo um conflito c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”. Esta definição de Melucci é uma das poucas que procura aproximar os movimentos sociais à essência real, por agrupar elementos básicos que caracterizam uma ação coletiva para promover a solidariedade. Solidariedade porque os desdobramentos dos movimentos sociais têm em vista estabelecer direitos iguais a todo o grupo.

De acordo com o autor, as dimensões solidariedade, conflito e o rompimento com o sistema são fundamentais para separar os movimentos sociais de outras formas de ação coletiva (delinquências, reivindicações organizadas, comportamentos agregados de massa) que muitas vezes são confundidos com movimentos sociais. Portanto, movimentos sociais são constituídos por grupos sociais¹³ formados com base no senso de pertencimento e que buscam materializar os

¹³ De acordo com Karl Jensen (2014), um grupo social é um conjunto de pessoas que possuem algo em comum, podendo ser tanto aspectos biológicos (raça e sexo) quanto culturais (projeto político). A condição grupal não é por si só suficiente para a formação de um movimento social, mas sim as suas relações sociais. Por exemplo, quando um grupo entende a sua condição de opressão, exploração no interior da sociedade e, diga-se melhor, da sociedade capitalista.

seus objetivos expressos pelo projeto de ação (MELUCCI, 1989; VIANA, 2016). Neste sentido, o grupo e os objetivos são fundamentais para a constituição de um movimento social, mas não absolutos. Pois, importa realçar que o que estimula um movimento social é a sua insatisfação com a realidade social. Portanto, segundo Viana (2016) a situação social é outro elemento a ter em conta na análise dos movimentos sociais. De acordo com a fonte, a situação social é aquilo que leva diferentes grupos a se mobilizarem, a sua condição social no interior da sociedade capitalista.

Os movimentos sociais visam exigir mudanças sociais ou resistir a elas. Como disse Melucci (1989), eles produzem a modernização, estimulam a inovação e impulsionam a reforma. Os movimentos sociais não assentam o seu foco apenas para a igualdade de direitos (feminismo, ou negritude), mas também o direito de ser diferente (homossexualidade) e esta última, de acordo com Melucci é uma das mais importantes na sociedade pós-industrial. O alvo dos movimentos sociais é a entidade a quem se dirigem as reivindicações, geralmente governamentais. Por mais que pareça que as reivindicações são dirigidas à sociedade em geral, cabe às autoridades governamentais torná-las possíveis em última instância. Os movimentos das manifestações de 2008 e 2010 agiram em causa semelhante à dos movimentos sociais. Tiveram objetivos claros que o movimentaram (resistência às novas medidas econômicas), os seus integrantes encontravam-se unidos por uma causa que lhes era comum (carestia de vida) e tiveram um alvo a quem eram dirigidas as mensagens reivindicativas (governo).

Apesar dessa verossimilhança, estas ações coletivas não reúnem suficiência para serem chamadas de movimentos sociais, porque foram espontâneos em função de uma realidade que era iminente e porque foram movidos não por um grupo, mas por uma massa lesada. Nesse contexto, elas são simplesmente *reivindicações organizadas* (MELUCCI, 1989) ou *mobilizações sociais* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011), pois uma vez satisfeitas as suas exigências, a onda de manifestações cessou e igualmente os movimentos deixaram de existir. Portanto, como consideram Montañó e Duriguetto (2011), um movimento social caracteriza-se por um relativo grau de formalidade e estabilidade, não sendo por isso redutível a uma mera mobilização, ao contrário de uma *mobilização social* caracterizada por uma atividade que se esgota em si mesma quando consumada. Conquanto, a tendência de um movimento social não é de desaparecer tão logo que se alcançam ou não os objetivos. Os movimentos sociais encontram-se mobilizados de forma contínua (mas sem eternizá-los) em solidariedade aos respectivos grupos, pois a satisfação das necessidades de hoje, produz necessidades de amanhã, e assim por diante.

As manifestações de fevereiro de 2008 e de setembro de 2010 surgiram apenas para resolver um problema, um conflito social. Como diz Melucci (1989), os atores dos conflitos são

temporários e a sua função é revelar projetos, anunciar à sociedade a existência de um problema que é fundamental em uma determinada área. Eles têm uma função simbólica ou talvez seja possível de falar de uma função profética. Como vimos, as manifestações populares em referência não lutaram para aumentar a sua participação no sistema, elas estavam viradas para uma questão concreta, social e imediata. Os atores dos conflitos tentam mudar a vida das pessoas e acreditam que eles podem mudar o cenário da vida lutando por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisei neste artigo as manifestações populares de cinco de fevereiro de 2008 e primeiro de setembro de 2010 que, tendo epicentro na cidade de Maputo, fizeram-se sentir simultaneamente em algumas cidades e capitais provinciais. Nesse percurso, constatei que as revoltas foram o meio encontrado pela população para expressar o seu desencantamento com as autoridades provocado pela carestia de vida. Constatei também que as determinações destas manifestações podem ser agrupadas em dois grupos de fatores: imediatos e remotos. Os fatores imediatos dizem respeito ao agravamento dos preços dos “chapas” e dos principais produtos e serviços que iriam dificultar ainda mais a situação socioeconômica da população. Quanto aos fatores remotos, destaca-se, primeiro, a crise financeira de 2007-2008, que afetou negativamente Moçambique e condicionou o reajuste de preços e, em último, a deficiente comunicação entre as autoridades e o povo, agravada pela má governação.

Olhando pelos seus contornos, estas manifestações significam um meio de participação ativa do povo no processo de tomada de decisão. Significam que, perante as injustiças sociais, a rebelião é um direito consagrado aos homens livres. Servem igualmente de exemplo do processo reivindicativo bem sucedido e abriram caminhos para futuras manifestações sociais. A reflexão realizada sobre o estudo das manifestações de 2008 e 2010 permitiram demonstrar uma realidade inquestionável: as marcas de violência do Estado, e o uso abusivo da força do poder repressivo contra o povo que reivindicava a melhoria da sua condição social. Nestes termos, olhando ainda pela manifestação do poder do Estado, pode-se afirmar que, em nossa sociedade, duas realidades antagônicas coabitam: ditadura e democracia. Ditadura, pela imposição de quase todos os mecanismos de articulação do poder; e “democracia”, pois os governos são formados na base de simulacros de processos democráticos, o que se pode chamar de pseudodemocracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTELSEN, Bjør Enge. Efervescência efêmera: levantamentos populares urbanos em Moçambique. In: BRITO, Luís de (org.). **Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)**. Maputo: IESE, 2017.

BRITO, Luís de et al. Revoltas da fome: protestos populares em Moçambique (2008-2012). In: BRITO, Luís de (org.). **Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)**. Maputo: IESE, 2017.

CALDEIRA, Adérito. Moçambique afunda mais 5 posições no ranking mundial de democracia. **Jornal@verdade**. Maputo; 22 de janeiro de 2020. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/69777-mocambique-afunda-mais-5-posicoes-no-ranking-mundial-de-democracia>. Acessado em: 03 de março de 2020.

CHAIMITE, Egídio. Das revoltas às marchas: emergência de um repertório de ação colectiva em Moçambique. In: BRITO, Luís de (Org.). **Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)**. Maputo: IESE, 2017.

DAHRENDORF, Ralf. **O conflito social moderno**. Rio de Janeiro/São Paulo: Jorge Zahar/Edusp, 1992.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Trad.de Pietro Nassetti. São Paulo: Martins Claret, 2005.

HERNÁNDEZ, Héctor Guerra. Modernidade selectiva e o Estado predador: primeira aproximação às revoltas populares em Maputo de 2008 e 2010. In: BRITO, Luís de et al. (Org.). **Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)**. Maputo: IESE, 2017.

HOLDEN, Barry. Democracia. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Trad. de Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

IMBUSCH, Peter. The concept of violence. In: HEITMEYER, Wilhem; HAGAN, John. **International handbook of violence research**. vol 1. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003.

JENSEN, Karl. Teses Sobre os Movimentos Sociais. **Marxismo e Autogestão**. n 1, p. 129-137, 2014.

JOHANSSON, Kajsa; SAMBO, Michael. As revoltas do pão: Um exercício de cidadania? In: BRITO, Luís de (org.). **Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)**. Maputo: IESE, 2017.

MACHEL, Samora. Produzir é um acto de militância. In: SILIYA, Carlos (coord.). **Samora Machel: Na memória do Povo e do mundo**. Maputo: Centro de Pesquisa Histórica da Luta de Libertação Nacional, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 16. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

MASSARONGO, Fernanda. Revoltas populares em Moçambique: uma taxa de câmbio anti-riot? In: BRITO, Luís de (org.). **Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)**. Maputo: IESE, 2017.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. **Biblioteca Básica de serviço social**, v. 5. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NANDY, Ashis. **Imágenes del Estado: cultura, violência e desarrollo**. México: FCE, 2011.

NGOENHA, Severino E. **Terceira questão: que leituras se pode fazer das recentes eleições Presidenciais e Legislativas?** Maputo: PubliFix, 2015.

OFFE, Clauss. Dominação de classes e sistema político. Sobre a seletividade das instituições. In: OFFE, Clauss. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972, p. 140-177.

PLATÃO. **Os pensadores**. São Paulo: Nova cultura, 2000.

ROSSI, Amanda. **Moçambique, Brasil é aqui**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TURNER, Victor, W. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Tradução de Nancy Campi de Castro e Ricardo A. Rosenbusch. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VIANA, Nildo. **Movimentos Sociais**: Curitiba: Prismas, 2016.

Recebido em: 07/04/2021
Aprovado em: 08/10/2021